

## O COMPONENTE CURRICULAR *PROJETO DE VIDA* E A ESCOLA NEOLIBERAL

**Liliane Rodrigues Reis**

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

**Éder da Silva Silveira**

Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC

### **Eixo 3 – Educação, Trabalho e Emancipação**

O presente trabalho é um recorte teórico de uma pesquisa em desenvolvimento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Tem por objetivo apresentar uma problematização sobre o componente curricular *Projeto de Vida*, que passou a compor o currículo do Ensino Médio após a última reforma curricular (Lei nº 13.415/2017) e sua relação com uma novo tipo de formação que vem tentando se impor através de uma nova ordem escolar, fundamentada principalmente em princípios neoliberais. Metodologicamente, se caracteriza por uma pesquisa qualitativa e bibliográfica utilizando como fontes de análise livros didáticos do componente curricular *Projeto de Vida*. A partir disso apresentaremos uma breve análise dos conteúdos presentes nos livros didáticos do componente curricular buscando estabelecer uma conexão entre esses conteúdos e o conceito de “Escola Neoliberal” definido por Laval (2019, p. 17):

Escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico. Não é a sociedade que garante o direito à cultura a seus membros; são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade. Essa privatização é um fenômeno que atinge tanto o sentido do saber e as instituições que supostamente transmitem os valores e os conhecimentos quanto ao próprio vínculo social.

Neste sentido, percebe-se que o Brasil tem vivenciado mudanças significativas em suas políticas educacionais, resultados, principalmente, de uma lógica de funcionamento do Estado, pautada por princípios neoliberais que atingem diretamente os investimentos primários em áreas sociais, entre elas a Educação. A partir do governo Michel Temer, esse movimento intensifica-se, com maior influência de organizações empresariais e de influências internacionais na proposta de Reforma do Ensino Médio. As “mutações” nas

políticas educacionais atuais fazem parte de uma construção muito bem formulada, na medida que não é possível identificar as instâncias responsáveis por elas. (LAVAL, 2019). Deste modo, as organizações internacionais, além de força financeira, têm cada vez mais o papel de centralização política e normatização simbólica.

Após as eleições presidenciais de 2018, passa a haver um acirramento da polarização política que já se fazia presente no país, e que foi se refletindo também no âmbito da Educação. O presidente eleito, logo de início deixou claro o projeto de Educação que pretendia implementar: livre de doutrinação ideológica e focado no ensino das disciplinas básicas e preparação para o trabalho. A reforma do Ensino Médio, aprovada no governo anterior, chega a fase de implantação dentro deste cenário, difundindo um modelo de educação pautado na flexibilidade curricular, na escolha de percursos formativos e no aumento da carga horária escolar. Laval (2019, p. 29), sobre as transformações que a escola pública vem sofrendo, destaca que:

O novo modelo escolar e educacional que tende a se impor se baseia, em primeiro lugar, em uma sujeição mais direta da escola à razão econômica. Está ligado a um economicismo aparentemente simplista, cujo principal axioma é que as instituições em geral e a escola em particular só tem sentido com base no serviço que devem prestar às empresas e à economia. O “homem flexível” e o “trabalhador autônomo” são as referências do novo ideal pedagógico.

Assim, o “Novo Ensino Médio” se insere em um contexto mais amplo no qual parâmetros da economia e da esfera empresarial passam a justificar e transformar os modelos e finalidades da formação das juventudes. Vale observar que entre as justificativas que acompanharam a reforma estavam os argumentos de que, do jeito que estava, o Ensino Médio não mais correspondia aos interesses das juventudes em relação à inserção no mercado de trabalho, e de que ele não contribuía para o desenvolvimento econômico do país (SILVA; SCHEIBE, 2017). De certa forma, as matrizes curriculares e os novos livros didáticos têm demonstrado que o novo currículo tem conseguido atingir a “meta gerencial e economicista da reforma, pois conteúdos e disciplinas obrigatórias foram retirados em detrimento de um aumento considerável de novos componentes através dos itinerários formativos” (SILVEIRA; SILVA; OLIVEIRA, 2021, p. 1575).

No âmbito das alterações curriculares da reforma, passou a fazer parte dos currículos do Ensino Médio das redes de ensino o componente curricular *Projeto de Vida*. As proposições legais recentes para o Ensino Médio apresentam a inserção dessa expressão que já circulava no meio educacional através de institutos ligados ao setor

empresarial. Após a aprovação da Lei nº13.415/2017 (Reforma do Ensino Médio) e de sua Base Nacional Comum Curricular (BNCC) fica evidente a intensificação do uso dessa expressão e o *Projeto de Vida* passa a fazer parte do currículo.

Destacamos neste trabalho a importância de pesquisas sobre a reforma do Ensino Médio a partir de outro tipo de fonte: o livro didático e os textos que compõem o Guia do PNLD 2021. Essas fontes tornam-se documentos relevantes na medida em que compreendemos que os livros didáticos podem ser entendidos como formas outras de difusão e regulação da reforma curricular no campo da prática da política educacional.

De acordo com as informações do Guia Digital do PNLD 2021, há no mercado editorial, atualmente, 24 livros didáticos do componente curricular *Projeto de Vida*, todos publicados em 2020. As obras, segundo o mesmo documento, estão relacionadas à competência geral 6 da BNCC, que visa “valorizar-se e apropriar-se de conhecimentos e experiências para entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida”. (BRASIL, 2021). Concordamos com Sacristán (2014, p.3) sobre a importância do olhar crítico sob os conteúdos “porque o tema dos conteúdos é antigo e substancial a qualquer reflexão que se faça sobre a educação”. Nesse sentido, realizamos uma análise preliminar de 25% das obras, o que nos permitiu identificar que os conteúdos mais presentes nos livros didáticos do componente *Projeto de Vida* são: “autoconhecimento; cidadania; competências socioemocionais, consciência ambiental; educação financeira; empreendedorismo e inovação; futuro profissional; identidade; projeto social; protagonismo; qualidade de vida”.

Nos conteúdos encontrados nos livros didáticos do componente curricular *Projeto de Vida*, percebe-se a ênfase às questões subjetivas dos estudantes, desconsiderando os aspectos históricos e sociais que atravessam o processo educativo, promovendo uma certa despolitização das questões relacionadas à juventude. Nesse sentido, o foco do processo educativo é o sujeito, sua personalidade, com vista à adaptação, às transformações do meio produtivo e à instabilidade. As reformas impostas à Educação têm sido cada vez mais guiadas pela preocupação com a competição econômica e pela adequação às condições sociais e subjetivas da mobilização econômica. (LAVAL, 2019, p.37) Neste cenário, vemos a educação dos jovens sendo associada diretamente à empregabilidade, pois as novas proposições curriculares parecem esperar que a educação básica gere experiências que possibilitem aos estudantes uma passagem menos traumática ao mundo do trabalho. Este novo perfil, do sujeito alinhado às necessidades do século XXI, implica, em primeiro lugar, estar preparado para a mobilidade entre diferentes ocupações na

mesma empresa, em diferentes empresas, ou até mesmo para o subemprego e para o trabalho autônomo. Antes, esperava-se dos profissionais conhecimentos técnicos, postura e comprometimento profissional e ético, enquanto atualmente se espera muito mais determinadas qualidades socioemocionais dos sujeitos. Num contexto de incertezas, espera-se dos jovens a capacidade de lidar com o inusitado. Portanto, vemos as capacidades de ordem psicológica, sendo as mais solicitadas pelo meio produtivo. (RAMOS, 2001).

O desafio do “Novo Ensino Médio” fica aparente através dos conteúdos apresentados nos livros didáticos, e parece ser então o de construir novos modos de formação que permitam a construção deste novo perfil profissional. Não só os novos modos de organização da produção apelam às capacidades subjetivas dos trabalhadores, mas também o desemprego, pelo fato de obrigar o indivíduo a encontrar alternativas para garantir a própria sobrevivência.

Através deste discurso, podemos observar o desenvolvimento de um imaginário social que reforça a ideia de um individualismo violento (apresentado como empreendedorismo) onde a juventude é colocada como única responsável na luta por sua própria sobrevivência. Neste caminho, o indivíduo se vê o tempo todo competindo com seus semelhantes pelo seu próprio sucesso, que dependeria apenas dele mesmo. (FREITAS, 2018). Da mesma forma, nos conteúdos recebe destaque a formação para competências socioemocionais (autoconhecimento, resiliência, determinação, protagonismo, etc.), ampliando o grau de padronização, buscando moldar hábitos e atitudes sociais dos estudantes. Este tipo de formação, além de dar uma abordagem individual para questões que são de cunho político e social, estabelece quais tipos de comportamentos são considerados “corretos” (ser resiliente, esforçado), do mesmo modo que se estabelece comportamentos “incorretos”, permitindo, com base nisso, o julgamento moral dos jovens.

Um currículo como o que está sendo proposto pelo componente curricular *Projeto de Vida*, centrado em aspectos socioemocionais e psicológicos, parece priorizar o atendimento a necessidades individuais dos estudantes sob uma ótica individualista e a-histórica, corroborando uma nova relação entre a Educação e o campo econômico/empresarial que vem se fortalecendo, pautada na formação de sujeitos empreendedores, capazes de se adaptarem a uma nova realidade: a da flexibilização das relações de trabalho.

O discurso individualista e voltado para questões socioemocionais tem ganhado cada vez mais destaque no meio educacional. O componente *Projeto de Vida* se concretiza após a reforma do Ensino Médio buscando abarcar os conteúdos e valores que objetivam formar um perfil que se entende como ideal para o século XXI.

Perguntaríamos, então, como converter uma formação como a que está sendo proposta no componente *Projeto de Vida*?

Isso exigiria um movimento de ressignificação, onde o indivíduo seja visto como sujeito histórico-social que não se dispõe psicologicamente a adaptar-se às instabilidades da sociedade, mas busca enfrentar a realidade, transformando-a e transformando-se permanentemente. Deste ponto de vista, Laval (2019, p.306) sugere que a educação seja reconcebida como um “bem público, um bem comum” e que para impedir que a educação seja cada vez mais uma mercadoria, os interesses privados e a ideologia gerencial que “colonizaram” a escola têm de recuar. Nesse sentido, é preciso considerar a realidade como uma totalidade, de modo que o currículo escolar busque contemplar todas as dimensões do conhecimento. Não se pode conceber o processo educacional como uma forma de adaptar os estudantes a um meio desolador. Ele deve possibilitar a compreensão da realidade com a intenção de transformá-la.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio; Projeto de Vida; Escola Neoliberal.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Guia Digital PNLD 2021**. Brasília: MEC/FNDE, 2021.

FREITAS, Luiz Carlos. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências e a psicologização das questões sociais. **Boletim Técnico Do Senac**, 27(3), 26-35, 2001.

SACRISTÁN, J. G. Los contenidos como “campo de batalla” del sistema escolar. **Cuadernos de Pedagogía**, Madrid, n. 447, julio, 2014.

SILVA, M. R; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio. Pragmatismo e lógica mercantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília (DF), v. 11, n. 20, p. 19-31, jan./jun. 2017. DOI: doi.org/10.22420/rde.v11i20.769

SILVEIRA, Éder da Silva; SILVA, Monica Ribeiro da; OLIVEIRA, Falconiere Leone Bezerra de. Reformas, docência e violência curricular: uma análise a partir do “Novo Ensino Médio”. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 3, p. 1562-1585, jun. 2021.e-ISSN: 1982-5587DOI:<https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp.3.15298>